



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional.

Sub-eixo: Ênfase em Formação profissional.

PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL: UMA ANÁLISE NECESSÁRIA NO PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Sidimara Cristina de Souza¹
Simone da Cunha Tourino Barros²
Sindely Alchorne³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a pesquisa no Serviço Social e a relação entre teoria e prática e sua efetivação no exercício profissional. Percebe-se que a dimensão investigativa é um mecanismo de formação profissional necessário para a realização da práxis social que precisa ser estimulado tanto no processo de formação como no espaço de atuação do Assistente Social.

Palavras-chave: Pesquisa, formação profissional, Serviço Social.

Abstract: This study aims to reflect on research in Social Work and the relationship between theory and practice and its effectiveness in professional practice. It is perceived that the investigative dimension is a mechanism of professional training necessary for the accomplishment of the social praxis that needs to be stimulated both in the training process and in the space of action of the social worker.

Keywords: Research, vocational training, Social Work.

INTRODUÇÃO: da gênese ao processo de ruptura

A produção de conhecimento científico no Serviço Social brasileiro configura-se como um traço relativamente novo da profissão, datado de meados dos anos de 1970. Que conforme destaca Setubal (2011), retrata o início do processo de reconceitualização profissional, que naquele momento, se caracterizava pela busca de uma relativa cientificidade que contribuísse para a legitimação do trabalho profissional no conjunto das diferentes instituições em que se inseria e demandava o trabalho do assistente social.

No que tange ao contexto brasileiro e latino-americano, temos que em meados dos anos 1960 e início dos anos 1970, as conjunturas eram, fortemente, pressionadas por uma conexão entre a autocracia burguesa e um governo militar ditatorial. Fator que impulsionou aos Assistentes Sociais a realizarem um movimento de análise crítica da formação e da prática profissional, de acordo com as realidades nacionais postas. Contudo, conforme destaca Netto (2009), esse processo não representou um movimento particular isolado, ao

¹ Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <sidi.mara@hotmail.com>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: <sidi.mara@hotmail.com>.

³ Professor com formação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E-mail: <sidi.mara@hotmail.com>.

contrário, foi resultado de um conjunto de fatores sociais, políticos e econômicos que retratava o contexto da América Latina, no qual resultou no chamado Movimento de Reconceituação do Serviço Social.

Segundo Yazbek (2009, p. 145), foi a partir desse movimento que se explicitaram e “se confrontaram diferentes tendências para a profissão, quer do ponto de vista de seus fundamentos teórico-metodológicos, quer do ponto de vista de sua intervenção social”. Sendo assim, podemos dizer que o movimento em questão é o ponto de partida para um novo direcionamento da dimensão investigativa no interior da profissão. Uma vez que, é no bojo do Movimento de Reconceituação, marcado por documentos elaborados em encontros da categoria – Porto Alegre (1965), Araxá (1967), Teresópolis (1970) e Sumaré (1978) - que a interlocução com o marxismo surge no Serviço Social latino-americano, mesmo que ainda de forma tímida e equivocada.

Um processo marcado por diferentes pontos de interpretação e que irá conduzir a dimensão investigativa no Serviço Social a partir de reflexões relativamente diferentes. Netto (2009) nos apresenta três tendências que direcionaram os processos de reflexão dentro do contexto de renovação, sendo elas: a perspectiva modernizadora, reatualização do conservadorismo e intenção de ruptura. Todas comprometidas com a busca de alternativas teórico-práticas em relação ao Serviço Social tradicional.

Na primeira direção, modernizadora, pode-se afirmar que a pesquisa era adequada a uma análise mais tecnicista, aonde empenhou-se em adequar a profissão como instrumento de intervenção, inserido no conjunto de técnicas a ser operacionalizado no contexto das estratégias do desenvolvimento capitalista. Sendo identificada a partir da segunda metade dos anos de 1960, e teve como referência os textos produzidos nos Seminários de Araxá e de Teresópolis, expressões emblemáticas de suas ideias.

Em síntese, a perspectiva modernizadora teve uma abordagem teórica prática mais funcionalistas, estruturalistas e sistêmicas (uma tendência que tende a se manifestar com a informatização do sistema operacional do trabalho do assistente social, inviabilizando cada vez mais a prática investigativa, crítica e reflexiva do fazer profissional). Propunha a melhoria da sociedade pela mediação do desenvolvimento social e do enfrentamento da pobreza. Para tanto, buscava subsídios na modernização tecnológica e em processos e relacionamentos interpessoais (YAZBEK, 2009).

Na perspectiva modernizadora temos um suporte técnico-científico sob influência dos progressos alcançados pelas Ciências Sociais, nos marcos do pensamento conservador. Com discussões dos elementos que supostamente conferem um perfil peculiar à profissão: objeto, objetivos, métodos e procedimentos de intervenção, com base na teoria positivista —

análises mais científicas e políticas com base na neutralidade, as relações sociais abordadas como fatos sociais.

A segunda direção do processo de renovação profissional, identificada por Netto (2009) como reatualização do conservadorismo, pode ser caracterizada como a vertente mais fechada às mudanças que se colocaram nesse contexto. Sendo assim, a mesma recuperou os componentes da herança conservadora do Serviço Social, mostrando-se legatária das características que conferiram à profissão o traço microscópico de sua intervenção. Inspirada na fenomenologia, priorizou-se as concepções de pessoa, de diálogo e de transformação, cuja articulação constituía a metodologia calcada na ajuda social. Essas ideias, expressas primeiramente na tese de livre docência de Anna Augusta de Almeida no ano de 1978, ganharam repercussão no marco dos Seminários de Sumaré e do Alto de Boa Vista.

Todavia, a partir da segunda metade dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, a conjuntura nacional estava marcada pelo declínio do ciclo autocrático burguês, aliado à existência de um clima de efervescência nas universidades, gerado pela crise da ditadura no país, bem como, pelas precárias condições de trabalho dos assistentes sociais e pela inserção, na base profissional, das camadas médias urbanas, e estes foram os fatores que contribuíram para os questionamentos das vertentes modernizadora e reatualização do conservadorismo.

A terceira direção desse processo, denominada de intenção de ruptura, diferentemente das anteriores, obteve, como base principal, uma crítica sistemática ao Serviço Social tradicional e a construção de uma proposta profissional de base marxista. As primeiras ideias da vertente de ruptura ocorreram entre os anos de 1972 e 1975, por um grupo de jovens profissionais da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais, resultando em um documento intitulado Método Belo Horizonte. Os assistentes sociais que participaram desse movimento elaboraram uma crítica ao Serviço Social tradicional e propuseram romper com os suportes teóricos conservadores, sendo esse o pensamento social da igreja católica e do positivismo, a partir das premissas da teoria marxista. Mesmo que tal proposta era composta por imprecisões e equívocos de interpretação sobre os dizeres de Marx (NETTO, 2009).

Todavia, temos que destacar que as formulações da equipe que construiu o Método Belo Horizonte foram as únicas propostas que, entre as demais, que avançaram nas elaborações teórico-políticas no campo profissional. A partir de então, gestaram-se as possibilidades de construção de um conhecimento crítico no Serviço Social. Podemos afirmar que foi nesse período que grande parte dos estudantes e profissionais do Serviço

Social, a partir da segunda metade dos anos de 1960, tiveram e estabeleceram seus primeiros contatos com a corrente teórica marxista. Via os movimentos sociais e a resistência à ditadura militar.

Esse contato se torna mais expressivo no Brasil a partir III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), realizado em São Paulo em 1979, conhecido como “Congresso da Virada”. Inspirados pela conjuntura sócio-histórica, os Assistentes Sociais começam a compreender o Serviço Social no contexto da relação capital e trabalho e nas complexas relações entre Estado e sociedade (CFESS, 2009). Nesse momento, inicia-se a construção de um novo projeto ético-político profissional, atrelado a um projeto societário transformador, inspirado nas lutas pela implementação do Estado de Direito e em prol da classe trabalhadora. Entretanto, é na década de 1980 que temos a maturidade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura, principalmente com a publicação do livro *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil* de Yamamoto e Carvalho (1982).

Ademais, é na efervescência da perspectiva de ruptura e renovação que se tem a inserção profissional no circuito universitário, mais precisamente, no início da década de 1970. Fator que irá trazer centralidade para a pesquisa enquanto um mecanismo de formação profissional fundamental para efetivação da práxis social. A pesquisa passa a ser contemplada enquanto sustentação para o exercício do trabalho profissional, enquanto dimensão investigativa que constitui os fundamentos teóricos-metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos do Serviço Social.

No intuito de analisar e refletir sobre a dimensão investigativa no interior do Serviço Social é que este estudo no intuito de responder as seguintes perguntas: qual a importância da pesquisa na prática profissional? A teoria e a prática se comunicam? No cotidiano profissional a pesquisa se materializa?

Sabemos que não temos espaço suficiente para explanarmos sobre as diversas perguntas que nós assistentes sociais fazemos todos os dias, seja na universidade ou no espaço profissional sobre a pesquisa no contexto do Serviço Social. Contudo, buscamos estimular uma breve compreensão do que é e como se constitui a pesquisa no fazer profissional.

A dimensão investigativa na estrutura do Serviço Social

Sabemos que a partir da década de 1980, institui-se, de modo mais sistemático, o debate acadêmico do Serviço Social, marcando um processo de ruptura com o conservadorismo presente na constituição da profissão desde os anos de 1930-1940. O

processo de enfraquecimento⁴ do conservadorismo gerou no interior da profissão uma cultura que busca reconhecer a pluralidade teórico-metodológica e fortalece a orientação marxista como direção hegemônica para o projeto ético-político profissional.

Netto (2009) relata que a década de 1980 marca o reencontro do Serviço Social consigo mesmo, no que se refere à busca de estabelecimento de novas bases para a compreensão do seu passado, das particularidades de sua prática na sociedade marcada por relações de classe, da sua relação com o Estado e com as forças da sociedade civil e de sua posição quanto às demandas sociais, cada vez mais complexas, situando-se no âmbito da divisão sociotécnica do trabalho. Aqui é importante pontuar como é tardio o nosso encontro com os grupos minoritários e a profissão. Mesmo após o Movimento de Reconceituação que teve um importante papel na medida em que pretendeu romper com as teorias importadas e trabalhar na realidade do povo brasileiro, a profissão não atentou para a diversidade e conseqüentemente demarcou a identidade daqueles que mais sofrem com os reflexos da questão social (mulheres, negros, população LGBTQI+, povos tradicionais, etc.), sendo esses nossos principais usuários no processo de atendimento.

Todavia, o balanço crítico da reconceituação e a maturidade do Serviço Social como uma profissão que concentra, simultaneamente, forte carisma interventivo e densidade teórica, particularmente e com maior intensidade na perspectiva de “intenção de ruptura”, criaram as condições objetivas para um resgate mais denso sobre o papel desempenhado pela pesquisa e pela produção do conhecimento em nível de Serviço Social.

O esforço acadêmico de implantar o currículo mínimo em 1982 é um marco importante da década em questão no que tange a pesquisa, pois essa é identificada como instrumento fundamental para uma sólida formação científica dos docentes e dos assistentes sociais na sua prática profissional. Nesse período temos também a ampliação dos cursos de pós-graduação no Brasil; o incentivo a qualificação profissional com o objetivo de adquirir maior apropriação da teoria social crítica, além de maior aproximação entre a formação, o exercício profissional e a realidade social (KOSIK, 2010). Podemos dizer que a profissão começa a responder por sua própria produção teórica, mesmo que respaldada pelos clássicos da ciência social.

É nessa década que temos a criação do primeiro curso de doutorado em Serviço Social no Brasil ofertado pela PUC/SP e o estímulo sistemático à pesquisa nessa área. Em 1983 ocorre o I Encontro Nacional de Pesquisa em Serviço Social. Em 1984 o reconhecimento do Serviço Social como área de conhecimento no CNPQ, e em 1987 a

⁴ Estamos falando enfraquecimento porque acreditamos que não houve rompimento, uma vez que de acordo com as ocasiões os traços conservadores se manifestam com grande intensidade, conforme ficou perceptivo no processo de campanha das eleições precedências no Brasil em 2018.

criação do Centro de Documentação e Pesquisa em Política e Serviço Social (Cedepss), organismo acadêmico da então Associação Brasileira de Escola de Serviço Social, hoje conhecida como Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa e Serviço Social.

Não podemos esquecer de destacar que também ganha destaque as diversas formas de expressão da questão social, exigindo um grande esforço teórico-crítico, assim como investigativo, no sentido de apreendê-las no movimento contraditório da sociedade, possibilitando maior consistência à prática profissional no enfrentamento destas expressões.

Nos anos 1990 temos significativos avanços institucionais que deram sustentação e direcionaram o exercício profissional por meio da prática investigativa. Temos o Código de Ética Profissional, a Lei de Regulamentação da Profissão em 1993, as Diretrizes Curriculares da ABESS em 1996 que destaca a centralidade à prática profissional na formação acadêmica, concebida sob a ótica do trabalho e teve como principal aporte o currículo mínimo de 1982 que já reiterava a matéria pesquisa como parte dos princípios básicos da formação profissional⁵ (SILVA e SILVA, 2015).

Silva e Silva (2015) destacam que, ao trazer para o centro a preocupação com a pesquisa, o Serviço Social reconhece a sua complexidade como profissão histórica, inserida e construída no movimento real da formação social capitalista. Procura não se contentar com a aparência das coisas, descobre caminhos que conduzem à apreensão da essência da realidade e, com isso, justifica a razão do existir da teoria e da ciência.

É nesse contexto e sob as condições objetivas propiciadas pela década de 1990 que, a pesquisa é reivindicada como um passo importante e crucial para a formação e para a intervenção profissional dos assistentes sociais. Entretanto, é no contexto acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social. Tal direcionamento contribui para determinar o desafio de desmistificar que na prática profissional não se pesquisa, sendo assim, cria-se uma lacuna entre a teoria e a prática, entre a universidade e o espaço profissional. Desconsidera-se a articulação que constitui a produção de conhecimento e a prática profissional. Esse negligenciamento, inibi a pesquisa enquanto produção do conhecimento que se materializa a partir da unidade entre teoria e prática dentro das suas diversidades.

2. A Pesquisa no Serviço Social contemporâneo

⁵ Assim como já era sinalizado em 195,3 na proposta do primeiro currículo mínimo, como mostra Silva e Silva no texto Pesquisa e Serviço Social (2015).

Na contemporaneidade, o Serviço Social responde por uma significativa produção de conhecimentos nas mais diversas áreas e subáreas das ciências sociais. Vasta produção de conhecimentos nas áreas de assistência social, política social, fundamentos do serviço social, entre outras. Entretanto, quando se procura identificar os autores, logo se identifica que o esforço investigativo resulta, na maioria das vezes, no universo acadêmico, ligado principalmente aos cursos *stricto sensu*, mestrado e principalmente doutorado). A dimensão investigativa na prática profissional é invisibilizada, mesmo sendo essa a base de sustentação de grandes pesquisas realizadas por sujeitos externos ligados as universidades brasileiras.

Mesmo sendo a pesquisa um pré-requisito ao Assistente Social, pois é ela que gera a produção do conhecimento, pois é por meio da investigação científica, que se sistematiza a realidade e fazer as conexões necessárias entre prática e teoria. Além de construir estratégias concretas e efetivas na intervenção profissional (LARA, 2007, p. 74). É por meio dessa investigação que se projeta a intervenção, pois faz parte do ser humano questionar e com as respostas obtidas idealizar o possível para atender as demandas diagnosticadas a partir do seu problema inicial, problema que pode ser singular, universal ou particular. Que pode ser de abrangência local, municipal ou nacional. Pode ter aparecido por meio da demanda dos usuários ou das percepções investigativas dos profissionais. Conforme destaca Lara (2007), a pesquisa ganha significado ontológico, por fazer parte da natureza humana perguntar pelo que não é familiar. Sendo assim, “[...] a pesquisa é constitutiva e constituinte da prática profissional do Serviço Social, sendo determinada pela sua natureza interventiva e pela inserção histórica na divisão sócio-técnica do trabalho” (BOURGUIGNON, 2007, p. 26).

Conforme enfatiza Yazbek (2005, p. 156), “é tarefa da pesquisa evidenciar os processos sociais e históricos de um tempo e lugar, em suas múltiplas dimensões, nos mostrando como a realidade se tece e se move pela ação de sujeitos sociais”. Ademais, a pesquisa é uma ação que possibilita a rescisão do Serviço Social com a pseudoconcreticidade, por estimular o profissional a movimentar-se, a associar o pensar e o fazer dialeticamente.

Em resumo, podemos afirmar que a prática investigativa do assistente social consiste em exigências institucionais de ordem acadêmica e exigências da profissão, como profissão historicamente situada. Envolve uma relação íntima entre teoria e prática e é uma ferramenta primordial para o avanço do Serviço Social, mesmo sendo grande os desafios a serem superados, especialmente no que tange a dicotomia teoria/prática.

A relação Teoria e prática no Serviço Social

Santos (2010, p. 5) compreende que tanto a teoria como a prática “mantêm uma relação de unidade na diversidade, forma uma relação intrínseca, sendo o âmbito da primeira, o da possibilidade e o da segunda, o da efetividade”. Nesse sentido, a teoria é o direcionamento da prática, e ambas, com suas peculiaridades, configuram-se como unidade, inexistindo a possibilidade de separá-las.

É importante destacar que essa unidade se insere em uma formação amparada pela articulação das dimensões teórico-metodológica, ético-políticas e técnico-operativas, vinculada com o projeto ético-político do Serviço Social. É preciso compreender que o processo de formação profissional não é restrito apenas à academia, mas também acontece no cotidiano profissional, conforme já sinalizamos no decorrer do texto.

Iamamoto (2007) relata que o Serviço Social, por sua natureza interventiva, há intrínseca à sua existência, a necessidade da execução de estratégias em pesquisa que permitam a construção do conhecimento para viabilizar novos caminhos, novas alternativas de enfrentamento às expressões da questão social. Para a autora (2007, p. 239): “o fato de o Serviço Social constituir-se uma profissão traz inerente uma exigência de ação na sociedade, o que não exclui a possibilidade e a necessidade de dedicar-se a investigações e pesquisas no amplo campo das ciências sociais e da teoria social”. No entanto, para que a pesquisa não seja reduzida ao status de simples instrumento de trabalho, mas também seja considerada como motora de reflexão para o crescimento tanto do assistente social, enquanto profissional, quanto para o Serviço Social, enquanto profissão inserido na divisão social e técnica do trabalho. É necessário e fundamental a criação de práticas investigativas que possibilitem o entendimento da conjuntura social e do papel do assistente social quanto parte do cenário em análise.

Ademais, a competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. São necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p. 7). Assim, é tomando por base essas dimensões que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, a partir de quatro questões fundamentais: o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer. Dessa forma,

compreende-se que não se trata apenas da construção operacional do fazer, mas, sobretudo, da dimensão intelectual e ontológica do trabalho, considerando aquilo que é específico ao trabalho do Assistente Social em seus mais variados espaços sócio-ocupacionais de intervenção.

Setubal (1995, p. 167), alerta que: “muitos caminhos ainda estão para ser percorridos até que aconteça o total desvencilhamento do Serviço Social com o ideário positivista que divide o agir do homem em campos automáticos e independentes, que estabelece uma dicotomização entre teoria e prática, até mesmo nas experiências em pesquisa”. O autor destaca que a produção do conhecimento necessita considerar a relação íntima entre as categorias teoria e prática sem anular ou supervalorizar a importância de uma em relação a outra, mas entender a importância de uma para com a outra.

Ao enfatizarmos a importância da pesquisa na prática e formação profissional precisamos considerar a necessidade de publicização dos dados coletados e analisados. Conforme pontua Setubal (2005), isso se faz necessário pela finalidade de “capilarizar o aprendizado”, e assim contribuir para a produção e reprodução do conhecimento e consequentemente para o desenvolvimento técnico-científico. Iamamoto (2005) reforça os ensinamentos de Setubal (1995) e diz que, mais do que materializar os assuntos estudados nos grandes centros e, grupos de pesquisa financiados pelo CNPq, CAPES, entre outros importantes órgãos de fomento, é de suma necessidade derrubar os muros simbólicos que separam as universidades e a sociedade, em especial os diversos espaços de intervenção profissional.

A Pesquisa no cotidiano profissional: considerações finais

Enfim, sabemos que os desafios são muitos, principalmente em tempos tão obscuros, com grandes manifestações do neoliberalismo e do neoconservadorismo, como por exemplo: cria-se o Lava-Jato da Educação para reprimir as universidades públicas, instaura-se comissão para fiscalizar o conteúdo do ENEM; a Universidade é tratada como um espaço apenas para as elites intelectuais; redução dos gastos públicos com educação; possibilidade de redução dos salários e carga horária de funcionários públicos com a ADI nº 2.238, manifestação de interesse para o fim ou redução dos cursos universitários considerados de pouca “relevância”, como filosofia e sociologia, corte do orçamento das instituições de fomento à pesquisa, redução nos repasses das despesas discricionárias das universidades, assim como outras medidas. Todas essas ações afetam diretamente na produção do conhecimento, uma vez que impossibilita a dimensão investigativa das diversas

áreas do saber, incluindo o Serviço Social, seja no processo de formação acadêmica ou diretamente na prática profissional. Em tempos tão difíceis, ainda nos resta resistir no que tange aos desafios da pesquisa, de repensar a formação e a prática profissional.

Diante de todo contexto, Iamamoto (2015) afirma que os desafios do Serviço Social requerem uma capacidade crítica de decifrar a realidade. O que nos conduz a considerar a nossa ética profissional enquanto uma práxis social junto ao labor cotidiano do Assistente Social. Além de buscarmos uma formação contínua e de qualidade que valorize as dimensões teórico-metodológicas, ética-política e técnico-operativas do Serviço Social. Uma formação que respeite as diversidades do usuário e que conduza a uma prática que conduza e se realize na teoria, conforme preconiza as diretrizes curriculares. Essas são claras quando reivindicam a pesquisa como um componente absolutamente necessário para a formação e para a intervenção profissional do assistente social, sendo ele docente ou não.

Conforme enfatiza Silva e Silva (2015), a postura investigativa é um instrumento necessário para desvendar as emboscadas do cotidiano. Um passo necessário e primordial que deve fazer parte da intervenção profissional, contribuindo para um posicionamento crítico e propositivo e com isso, transformador. Sabemos que as exigências do sistema capitalista e conseqüentemente as transformações no mundo do trabalho vêm afetando diretamente o fazer profissional dos assistentes sociais. A categoria tem sua autonomia relativizada e suas ações pautadas na imediatividade do cotidiano. A exigência de bater metas a qualquer custo, a burocratização e informatização do sistema conduz cada vez mais a serviços repetitivos e sem reflexões críticas da realidade. Diante desse contexto é latente a necessidade da dimensão investigativa respaldada em uma teoria social crítica que consiga dimensionar uma análise para além de uma simples sistematização de dados, mas que possibilite uma compreensão da totalidade a partir de suas particularidades e singularidades respaldando um projeto profissional centrado na liberdade, na ética, na democracia e na universalização — dentro da valorização identitária dos diversos grupos minoritários em que o assistente social é requisitado a atuar.

É preciso resistir ao desmonte das universidades públicas, a fragmentação e a individualização do conhecimento e a privatização das pesquisas seja através do financiamento ou da apropriação, com fins privados. É necessário formar e consolidar espaços que propiciem um diálogo constante entre os centros de produção de conhecimentos e os espaços de atuação profissional (como os fóruns, congressos, seminários, etc.). Como expõe Kameyama (1998), a pesquisa deve ser considerada como eixo reconstrutor de mediações, que demonstre a interação entre a totalidade, a particularidade e a singularidade.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Diretrizes Curriculares para o curso de Serviço Social/ABEPSS (homologadas em 04/07/2001 pelo MEC). In: **Assistente Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções, Vol. 1. CRESS-RJ, 2008, pp. 68-74.

ABESS. **A produção do conhecimento e o Serviço Social**. Cadernos ABESS n. 5, São Paulo: Cortez, maio 1992.

BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. **Rev. katálysis** [online]. 2007, vol.10, n.spe, pp.46-54. ISSN 1982-0259. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802007000300005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acessado em 23 de junho de 2019.

IAMAMOTO, M. V. Os caminhos da pesquisa em Serviço Social. In: XI **Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social**, ABEPSS, Fortaleza.Anais... Fortaleza: ABEPSS, 2004.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. Cortez Editora, São Paulo: 2015.

_____; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. SP, Edições Loyola, 1993.

KAMEYAMA, N. A trajetória da produção de conhecimento em Serviço Social. **Cadernos ABESS**. São Paulo, n. 8, p. 33-76, nov. 1998.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Trad. NEVES, Célia; TORÃBIO, Alderico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

LARA, Ricardo. Pesquisa e Serviço Social: da concepção burguesa de ciências sociais à perspectiva ontológica. **Katálysis**, Florianópolis, n. 10, 2007.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social** – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Cláudia Mônica. **Na Prática a teoria é outra? Mitos e dilemas na relação entre teoria, prática, instrumentos e técnicas no Serviço Social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris Editora, 2010.

SETUBAL, Aglair Alencar. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Pesquisa em Serviço Social: utopia e realidade**. São Paulo: Cortez, 2011.

SLVA, José Fernando Siqueira da; SILVA, Maria Izabel da. Pesquisa e Serviço Social: contribuições à crítica. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 14, n. 2, p. 238 - 252, ago./dez. 2015.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. In: **IX ENPESS** – Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, ABEPSS, 2004. Conferência.

_____. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. Os caminhos para a pesquisa no Serviço Social. **Temporalis**. Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – Pesquisa e Produção de Conhecimento em Serviço Social. Recife, Ed. Universitária da UFPE, ano 5, n. 9, p. 147-159, jan./jun. 2005.